

Publicações do Centro de Estudos Bahianos

- 1 — *Capelas antigas da Bahia* — Profa. Anfrisia Santiago
- 2 — *O primeiro teatro do Brasil* — (Docs. de 1833) — Affonso Ruy
- 3 — *Um discurso de Silvio Romero* — José Calasans
- 4 — *O príncipe de Joinville no Brasil* — Frederico Edelweiss
- 5 — *A Colônia Leopoldina (1858)* — Herman Neeser
- 6 — *O Cacaú na economia brasileira* — Frederico Edelweiss
- 7 — *O cronista e a crônica do Brasil* — Alberto Silva
- 8 — *Um depoimento diplomático (correspondência do consul americano da Bahia — 1821 - 1823) e Cid Teixeira.*
- 9 — *Amor de príncipes (1843)* — Affonso Ruy
- 10 — *O processo dos eclesiásticos da inconfidência mineira* — Alberto Silva.
- 11 — *Estatistas bahianos do império* — Affonso Ruy.
- 12 — *Um Documento Inédito Sobre as Fortificações da Cidade Salvador* — Alberto Silva.
- 13 — *Padroeiros da Cidade do Salvador* — José Lima
- 14 — *A Guerra de Canudos na Poesia Popular* — José Calasans
- 15 — *Sobre a campanha brazonada no Convento do Carmo* — Hermann Neeser.
- 16 — *Um Diário Inédito Sobre a Bahia* — Alberto Silva.

Toda correspondência deve ser dirigida ao Secretário Dr. Affonso Ruy, à Praça Almeida Couto n.º 9. — Salvador - Bahia

Centro de Estudos Bahianos

LUIZ MONTEIRO DA COSTA

CONSTRUÇÕES NAVAIS DA

BAHIA NO SÉCULO 17

O GALEÃO "NOSSA SENHORA DO PÓPULO"

Publicação

17

SALVADOR - BAHIA

CONSTRUÇÕES NAVAIS DA BAHIA NO SECULO 17

O "GALEÃO NOSSA SENHORA DO POPULO"

Luiz Monteiro da Costa

Esta é a História de um Galeão construído na Ribeira das Naus da Cidade do Salvador, na segunda metade do século XVII. Não a escreveríamos, si as pesquisas que vimos realizando, para explicar a denominação dada á Fortaleza do Mar, sob a invocação de Nossa Senhora do Pópulo, num capítulo ao trabalho "Apostamentos para a História da Fortaleza do Mar no século XVII" a tanto não impuzesse meditação, ao deparármos com o navio de que foi capitão, D. Pedro de Lencastre — ocupando as atenções das autoridades coloniais.

A invocação dos dedicados Eremitas Descalços de Santo Agostinho, que tornou mais famosa a Porta Flaminia, em Roma — na História da Bahia, somente a encontramos no batismo tárdio, talvez, da Fortaleza: e no do Galeão, de vida accidentada. Lembra-nos - é certo - a Capela da Freguezia e Concelho da Vila de Chaves que, um clérigo, ai pelo alvorecer do século XV, fundara, após visitar a Cidade Eterna e prostrar-se devoto da Virgem do Pópulo; ou a Imagem "de muita devoção" que existiu no Colégio que os Jesuítas levantaram em 1561, na cidade de Bragança. Recordamos, a freguezia e comarca que se constituíram em tórno de uma modesta Igreja, cuja Imagem da Virgem do Pópulo mobilizava devotos e multiplicavaromeiros em Portugal de antanho.

Nenhuma Igreja da Bahia Colonial guarda, em seus altares, a Imagem que os Freires do Bispo de Hiponno tanto veneraram. Nem mesmo a da Palma, onde os discípulos do mais famoso dos Doutores da Igreja, viveram de 1693 a 1823.

A Fortaleza de Nossa Senhora do Pópulo mal, muito mal, a conhecem, os bahianos de hoje, por tão piedosa invocação. Lem-

689,12(814,2)
C837



bram-lhe alguns pelo onomástico do Santo Papa que o calendário assinala a 16 de Janeiro ou, do homônimo, também Santo, comemorado a 3 de novembro, e que o povo — não aqui — ha trezentos anos, sob a bota dos Luizes coroados, carregava-lhe o andor nas concorridíssimas procissões das Rogações, pedindo a proteção do Céu, sobre os campos e os bens da Terra.

Nossa Senhora do Pópulo e São Marcelo não saíram de seus altares para batizar os acidentes geográficos do Brasil. Esquecendo a velha Fortaleza resta-nos a Epigrafiá. A Virgem do Pópulo, que os portugueses da Vila de Chaves festejavam no dia 8 de setembro, está gravada, como invocação do primeiro Galeão, construído, na Ribeira da Cidade, e com o nome do seu segundo Capitão de Mar e Guerra, na Igreja de Nossa Senhora da Vitória.

Conheçamos, então, a História desse navio do século XVIII.

UMA CARTA REGIA

Em Carta de 26 de abril de 1651, o Capitão-Mor de São Vicente era oficialmente, informado pelo novo Governador Geral do Brasil, o famoso Conde de Castelo-Melhor, que Sua Magestade ordenára se fabricasse, cada ano, um Galeão, "no mais conveniente porto dos do Estado". E, logo, explicava, o ilustre homem publico de além-mar, das razões, porque se dirigia ao militar do sul, quando mais prosperas, então, eram as Capitania do Norte: "como pelas notícias que tive só os dessa Capitania são capazes dessa fabrica, assim por suas muitas madeiras, como pelos officiais, que em si tem costumados já a fazer as grandes naus, que della têm saído: me pareceu dar a V. M. o merecimento de fazer esse serviço a Sua Magestade, que é o maior, em que V. M. pode mostrar o seu zelo. Na forma da mesma carta mandará V. M. por em pregão esta fabrica, e seguirá no mais o que nella, e no mandado, de que se acompanhá, se dispõe, e porque é muito possível, que não poderão as rendas dessa capitania suprir sós tanta despêsa, ordênei, por outro mandado, ao Governador e Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro assista a V. M. com todo o dinheiro que poderem escusar os gastos daquella praça, que não foram tão excessivamente maiores, os que esta tem aos effeitos com que se acha para seus presidios, mandarei

d aqui tudo o a que me obrigão desejo de se conseguir este intento de Sua Magestade. "Na mesma data, oficialmente, despachava-se carta para o Provedor de São Vicente recomendando a obra pelas rendas da Fazenda Real, tal a conveniencia do local, da existencia fácil das madeiras e dos officiais, "uma e outra de que carecem com excesso os mais portos do Estado".

NO GOVERNO SEGUINTE

Exagerára, o Conde de Castello Melhor, achando que somente em São Vicente, os galeões poderiam ser construidos?

Ao certo, não afirmamos. Insistirá, porém, El-Rei, que, na Cidade do Salvador e alhures se construíam barcos daquelle tipo. As providencias apparecem e são colimadas de êxito no governo seguinte. À mancha os documentos historicos atestam.

Em 17 de setembro de 1655 o Conde de Arouguia dirigia a Sua Magestade uma longa carta. Fixemos os trechos que nos interessam. "O Provedor-Mór da Fazenda deste Estado — firmou o Governador — "dá conta a Vossa Magestade, com particularidade, do principio que se tem dado ao Galeão que Vossa Magestade se serviu mandar fabricar neste porto. Elle me propoz que havia algum dinheiro das Obras Pias que se podia applicar ás despezas da mesma fabrica a quem não bastariam os fretes que os dois navios de Vossa Magestade trouxeram de Angola".

Auscultando o pensamento do Rei, sobre a applicação desse dinheiro, continúa o Governador—: "E, sem embargo dos exemplos que ha dos governadôres passados se valêrem dèste dinheiro para diferentes occasiões do serviço de Vossa Magestade, *ser esta tão importante* (o grifo é nosso) e pôde por falta dilatar-se a obra ou occasionar maiores apêrtos a Fazenda de Vossa Magestade, me resolvi, comtudo, a não permitir se tocasse nella, sem expressa ordem de Vossa Magestade deve ser servido se remetta com brevidade e com dispensações para o mais que ao adiante for caindo emquanto o Galeão si não acaba que será sem grandes demoras".

A resposta do Rei, vinda no ano seguinte, registrará, apenas, sem dar solução, a recepção da carta: "Recebeu-se uma carta vossa em que me destes conta da falta de cabedal que havia para se poder acabar o Galeão que está começado nesta Cidade".

Insiste o sucessor de Castelo Melhor. A carta de 12 de outubro de 1656 é um completo relatório. Conheçamô-la nos seus pormenores.

"Vindo a este porto, de volta de Angola, os dous navios de Vossa Magestade, Santo Tomás e Santo Antonio da Esperança, me deu o Provedôr-Mor da Fazenda Real deste Estado, Mathus Ferreira Villas Boas, conta de um regimento que traziam de Vossa Magestade para que, na Capitania a que chegassem se fabricar um Galeão. Perguntei-lhe se falava commigo, expressamente: respondeu-me que ao Provedôr Mor se encarregava a obra, e ao Governador, Geral, o favôr. Eu lhe disse que, para o que me tocasse estava prompto e que para o mais seguisse o Regimento: porque na execução dos de Vossa Magestade, consistia o acerto dos que desejavam têr em seu real serviço. Em 2 do corrente me representou por uma carta sua os termos em que o Galeão se achava, o custo que havia feito, e o que poderia fazer té sair do estaleiro, enviando-me um auto, de que tudo constava por numero. Esta foi a primeira noticia que, por papel, tive daquella obra. E considerando que se haviam gastado nella douze mil cruzados do frete dos dous navios, quatorze que lhe mandei prestar da Fazenda de Vossa Magestade e obra pia o que tudo importa em 26.000 cruzados, e que o Provedor Mor me pediu 10.000 só para se lançar ao mar havendo-me segurado a principio que, com vinte e quatro mil se fazia despeza toda: E sobretudo que seriam tão grandes os inconvenientes de se parar na obra approvando Vossa Magestade como eram impossibilidades de se acabar não tendo a Fazenda de Vossa Magestade cabedal para isso: me pareceu chamar a Junta da Fazenda, os Ministros della, e o dr. Jorge Secco de Macedo Chancellor da Relação deste Estado pelas grandes noticias que tem das fabricas da India e Dezembargador Luiz Salema de Carvalho, Sebastião Parvi de Britto, pela experiencia de muitos annos que aqui serviu como Provedor Mor. Voltaram variavelmente mas quasi todos julgaram que convinha parar a obra e dar-se conta a Vossa Magestade para resolver o que fosse servido: e entretanto se reparasse o Galeão das inclemências do tempo: excepto o Provedor Mór que votou se continuasse com emprestimo de 10 mil cruzados para poder ir ao mar. Nesta differença de parecer, me não determi-

nei totalmente logo, e o expediente que tomei, e tudo o mais que precedeu desde que o Provedor Mor me deu conta por escripto té me pediu ao menos mil cruzados cada mez para se não levar mão da obra será presente a Vossa Magestade com mais particularidade da copia do auto, cartas do Provedor Mor, propostas que fez a Junta e votos della, que com esta envio a Vossa Magestade."

"O Galeão é capaz de levar no porão mil e quinhentas caixas, e affirmam os officiais da Ribeira, e outras pessoas inteligentes que, nem nas qualidades das madeiras, nem na profusão, e fortaleza da obra, tem Vossa Magestade outro igual a elle em suas armadas. O que lhe falta é toda a enxarcia real para o mastro grande, assim porque o excesso do seu porte não dá lugar a lhe servir a dos navios que se desfizeram, como porque (sobre não chegar a aparelhar bem os outros mastros, e haver estado no porto de Landa donde toda se recose) os mastros do Brasil são demasiadamente pesados, e não sustentaria aquelle ainda que houvesse sendo tão pouco robusta. Com Vossa Magestade mandar toda a enxarcia para o referido mastro, mil moios de sal, e cento e cinquenta pipas de vinho sem dilação se entende que poderá acabar-se para ir na frota, e com trinta mil cruzados de frete que se julga levará, satisfazer os emprestimos que aqui lhe tiverem feito.

"Este é estado em que o Galeão se acha: e porque se se largasse mão desta obra é certo, que teria o fim que experimentaram todas as da Ribeira a que se deu principio por conta de Vossa Magestade neste Estado; e ficaria Vossa Magestade perdendo todo o cabedal que nelle se tinha mettido; e os materiaes dos navios que se desfizeram. Vendo eu que os votos de se suspendêr a obra e cobrir o Galeão traziam consigo os inconvenientes seguintes: despendem-se os officiais que depois se não achariam mudando-se a diversas partes, apodrecerem as madeiras cortadas, fazer grandissima despeza com os tujupares que haviam de havia digo levantar de palha para o reparo do tempo a ser maior o perigo de se lhe pegar facilmente fogo: me deliberei a mandar se moderasse o numero de Officiaes e se assistisse cada mez ao Galeão com 300\$000 por emprestimo enquanto dava conta (como faço) a Vossa Magestade pois assim se continuava a obra, e se não ausentavam os principais Mestres que nella trabalhavam. A Fazenda de Vossa

Magestade se não acha aqui capaz de continuar esta assistência com maior largueza; porque os dízimos deste anno não têm ainda lanço, e é provavel, que o excesso que tiveram no passado se diminua muito, no presente, em que a pouca novidade do assucar, e a incerteza de vir Armada faz em tudo maior abatimento. E se se renovasse reparos á artilharia, ou offerrecer occasião de se recolherem farinhas aos armazens, não só não terá a Fazenda de Vossa Magestade sufficientes e estras, e outras despezas extraordinárias; mas antes preciso molestar o povo a que será mais penosa qualquer finta, na consideração de ver divertido no Galeão, o que se lhe pedir sem o poder dar."

"E quando Vossa Magestade se sirva de não querer mandar se remetta a enxarcia, sal e vinho que aponto o que não passará de 8.000 cruzados de despeza nesse Reino, que aqui farão largamente os 20 ou 24, que alem do emprestimo que se vai continuando, se diz são necessarios para se acabar o Galeão; e a Companhia Geral o compre como as fragatas do Porto; por se não perder o empenho feito deve Vossa Magestade mandar provisão sua para os mercadores da praça se obrigarem a lhe fazer carga porque sem ella poderá difficulrar-se muito a venda.

Mas é o Galeão de qualidade que poderá fazer muita falta (se se largar á Companhia) ás armadas de Vossa Magestade. De uma e outra resoluções de Vossa Magestade fica pendente a obra. Vossa Magestade mandará o que for servido com a brevidade que sua importancia pede".

43 dias depois de tão importante missiva, em 25 de novembro, Atouguia, louvando a ação do Provedor Mor, depois de testemunhar que se reedificaram com toda perfeição os armazens da polvora; se acabaram os fortes que nesta praça estavam imperfeitos, assinalando particularmente que o de Santo Antonio "se continua" — diz, textualmente: "... e tendo mais principalmente a seu cargo a fabrica do Galeão que Vossa Magestade lhe mandou fazer me consta que trabalhou diligentissimamente em tudo o que conveio dispor-se e prevenir-se para o chegar ao estado em que fica — que é mais adelantado do que prometiam os inconvenientes que o podiam difficulrar".

O PRIMEIRO CAPITÃO DO "POPULO"

Deixaria, o Conde-Governador, filho da famosa heroína da Restauração, em Junho de 1657, precisamente a 20, quando se empossou o "energico e disciplinador" Francisco Barreto de Menezes, o Governô do Brasil. Não teve — como o seu Rei, que se finára sem lêr os elogios feitos ao Provedôr Villas-Boas — no afan de concluir o precioso Galeão, a gloria de assistir o lançamento do barco pelo qual tanto se empenhara e sem duvida, vira a conclusão das obras, na velha Ribeira da praia da Cidade. Seu governo "tão aplaudido como ficou memorado" antes de entrar nas paginas da Historia para a admiração da Posteridade, immortalizou-o o venerando Senado da Camara, com a inauguração do seu retrato, a oleo, nes velhas paredes que o sucessôr reconstruiria "com grandeza".

Na Regencia da Rainha, que tanto decidira a ascensão do marido e que a ingratidão do filho lancaria humilde e conformada ao remânso de uma cela, no convento sob a invocação de São Agostinho, cuja edificação a ela somente se devia — governando o Brasil, o heroi da expulsão dos batavos de Pernambuco — singrou, a bahia que Vespucci batizára, o "Galeão Nossa Senhora do Pópulo", aos oito dias do mez de agosto do anno da graça de 1657. Francisco Gonçalves ia como Mestre, com as preciosas primeiras vias de nove cartas do reconstrutor do Paço dos Governadores, para Sua Magestade. Numa delas, Barreto de Menezes dava conta, a 7 daquele mez e ano, da promoção do Capitão Hieronimo de Alcacova "a capitão de mar e guerra do Galeão de Vossa Magestade, Nossa Senhora do Pópulo". Para o lugar deste, numa companhia de presidio, do terço do mestre de campo João de Araujo, da Praça da Bahia, foi nomeado Antonio de Allemão.

Adiantamos, porem: não é de Alcacova o nome que a epigraphia bahiana guarda na Igreja de Francisco de Barros. O Galeão voltaria a Bahia. Não antes de viver o drama ao qual, foram poucos os navios de Sua Magestade, que escaparam. Singraria, de novo, os mares para voltar um dia ao surgidouro onde nasceu. E, esquecido desaparecer, palidamente, depois da segunda e movimentada visita. Rememorêmos mais esses capitulos da sua Historia.

O DESASTRE EM MOÇAMBIQUE

A 23 de Outubro de 1663 investia-se no govêrno do Brasil, com o honroso título de Vice-Rei, quem já o governara, interinamente, e fôra Mestre de Campo, comandando terços de varias nacionalidades na luta contra o holandez. Deixára o Brasil para governar as armas no Alentejo. A India conheceria-lhe o pulso e, os azares da politica, o ligariam ao infornunado Afonso VI por quem enfrentaria vitoriosos, debelando, uma conspiração de "veteranos da era da restauração" na "cabeça" da Colonia.

Primo do Comandante do "Galeão Nossa Senhora do Populo" alarmou-o a noticia trazida pela nau "Nossa Senhora dos Remedios de Cassabe" que arribára, aflita, no surgidouro de Todos os Santos.

O Capitão Francisco Rangel comunicou ao Conde de Obidos que o Galeão commandado por D. Pedro de Lencastre, com êle partido da India, fundeara na volta de Moçambique, "por lhe quebrar o leme e não ter gente que o mareasse".

Conhecia, o Vice Rei, a zona: "a ilha de Moçambique era destituída de todo o remedio de que necessitava o Galeão para proseguir viagem. O serviço de Sua Magestade impunha o envio imediato de socorro... Um homem de confiança chegara ao porto capitaneando a naveta "Nossa Senhora de Nazaré": era Francisco Gonçalves Ferraz (ou Ferreira?). Coincidencia feliz: Gonçalves fôra o primeiro Mestre do Galeão, ora desarvorado. Rediguisse, por certo, às pressas, o Regimento, esperando o atilado Capitão General "quem em tudo o que o encarregar ao serviço de El-Rei, meu Senhor, e principalmente nesta occasião, se haverá muito como deve á importancia della".

Vieram os detalhes: "Hei por bem e lhe mando que logo se parta com a sua naveta em direitura a Moçambique, e leve a gente do mar, e tudo o que mais se lhe encarregou para o concerto da nau Nossa Senhora do Populo: e o entregue á ordem do dito D. Pedro de Lencastre enquanto obedecerá, emquanto ali se detiver. E logo que chegar entregará as vias que leva ao Governador de Sofala, Capitão da Fortaleza de Moçambique (de que cobará quitação) com a carta que lhe escrevo para as remetter naquelle Estado

na primeira occasião que se offerecer. E porque convenm que o dito Capitão volte com a naveta outra vez a este porto para seguir a ordem que tiver Del-Rei meu Senhor, a quem dei conta de o haver mandado áquelle effeito: procurá carrega-lo com o que da dita Ilha poder trazer para seu frete; e della sairá com a nau Nossa Senhora do Populo e se recolherá a este porto com toda a brevidade possível".

Em 28 de Julho de 1664, o Conde de Obidos baixava portaria ao Provedor-Mor para que mandasse passar certidão da repartição que fiserá da Pimenta" e mais fazendas que vieram na naveta de que é capitão, Francisco Gonçalves Ferraz que descarregou neste porto e volta para Moçambique a levar gente e mais cousas necessarias para o "Galeão Nossa Senhora do Populo" que allí arribou, vinda das Indias, sem leme e falta de marinheiros, declarando a quantidade que vai em cada navio dos da Armada da Companhia Geral para com ella dar a devida conta a El Rei, meu Senhor". Já, por outra portaria, datada de oito dias antes, o Vice-Rei determinava ao Provedor as providencias para o apreste e partida da naveta Nossa Senhora de Nazaré e Boa Memoria" a levar gente" e o mais com que mando socorrer a nau Nossa Senhora do Populo".

Não foi longa a espera. Preocupação constante, porém, do Conde Vice-Rei, era o regresso da naveta com o "Galeão". Dillo bem a sua correspondencia com o Governador da Capitania do Rio de Janeiro, vezes versando apenas o destino do primeiro galeão que se construira na Ribeira da "cabeça" do Brasil.

A 15 de Maio de 65 confessa a recepção de uma carta do primo Pedro de Lencastre. Trouxera-a uma sumaca cuja ultima escala fôra Pernambuco. Reproduzia o que já sabemos: sem leme e sem gente arribara o Galeão em Moçambique, vindo da India. Dava o primo como então em Angola e firma: "Com essa noticia mandei socorrer com um patacho que aqui tinha vindo de Goa" E adiante: "avisa-me que o Galeão se achava em tão miserável estado que "a não ser o meu socorro perecerá em Moçambique" concluindo, confiante: "cada instante o espero nesta Bahía donde vem a reforma-se dos mastros e querena".

Cinco dias depois, nova carta. "Com admiração — diz o Conde — ouço a nova que V. Sa. me dá de afirmarem os ingleses arribados deixarem Mocambique a Antonio de Mello e Castro. Por horas espero aqui meu primo Dom Pedro de Lencastre que (como já escrevi a V. Sa.) ficava em Angola, por beneficio do socorro que ali lhe enviei, sem o qual, me segura, se perderá o Galeão".

O DRAMA NA BAHIA DE TODOS OS SANTOS

Em 11 de junho, finalmente, entrou o "Galeão Nossa Senhora do Populo" no surgidouro onde, já nas suas muralhas a fortaleza homonima era a sentinela avançada da defesa do pôrto. Acorrêra sollicito o Vice-Rei a abraçar o primo. Mal se punha diante dele a unica amarra que trazia o seu Galeão, não firmou no ancoradouro. Viveu, então, o Galeão, com o Vice Rei a bordo, o drama imenso. Ouçamo-lo descrito pelo proprio Conde de Obidos, na carta que escreveu ao Governador Pedro de Mello, em 22 de junho de 1665. "Chegou tambem o Galeão Populo com meu primo Don Pedro de Lencastre e o Conde de Villa-Pouca: e si foi grande o milagre de sair de Mocambique por meio do socorro que daqui lhe enviei e depois de haver arribado a Angola recolher-se a salvamento nesta Bahía foi muito maior o que, dentro della experimentou: porque dando fundo com a unica âncora que trazia a tempo que eu chegava a elle para dar um abraço a meu Primo, a perdeu e se fez a vela; sobreveio uma grande tempestade, que se fez maior com a noite; e chegou a desesperação dos pilotos vendo-se quasi sobre uns baixios que ficam na parte de Taparica, e fazer eleição da parte donde iriam naufragar: e posso afirmar a V. Sa. que não aproveitou pouco a meu primo correr eu dentro na nau com elle a mesma tormenta, a com evidencia mostrou Deus que seu favor, e nossa industria dos homens o livrou daquelle jugo"

Salvo de tantas tormentas, o Galeão ainda tem História!

DE NOVO NA RIBEIRA

Como o Conde Governador que o construiu, o Conde Vice Rei não vai medir esforços, nem sacrificios, para pôr em forma, o

Galeão, sob invocação de agostinianos tão cara á Rainha-Mãe. Dirige-se, por portaria de 26 de julho de 1665, ao Provedor nos seguintes termos: "Porquanto não ha na Fazenda Real desta Praça effeito algum de que se possa acudir á despeza que precisamente ha de fazer o Galeão Nossa Senhora do Populo que ora chegou da India: e El Rei, meu Senhor se serviu mandar por carta sua prohibir expressamente tirar das embarcações da India Fazenda alguma e nellas se embarcassem todas as que viessem sãs ou corruptas: por cuja causa ficou impossibilitado o meio que se havia seguido nas mais Naus da India que vieram deste porto: e é preciso que por outro algum acuda ao sustento da gente do dito Galeão descarga das fazendas que traz para a Capitania da Junta por não estar capaz de seguir viagem ao Reino nesta monção como constrou do termo que se fez perante o Provedor Mor da Fazenda Real deste Estado e informação do Capitão-Mor Dom Pedro de Lencastre e victoria de officiais do mesmo Galeão feita em 26 de junho proximo passado. E as mesmas razões da Fazenda Real não ter effeito militar tambem (pequeno trecho illegivel) fazer com a naveta Nossa Senhora de Nazaré de que é capitão Antonio Carvalho de Oliveira que a este porto chegou tambem em onze do mesmo mez. O Provedor Mor da Fazenda Real deste Estado tome uma e outra despeza do dinheiro do cunho que veio da Capitania de São Vicente tres mil cruzados".

A 4 de agosto informa o Conde Vice Rei, ao Provedor, que o Galeão "não está capaz de seguir nesta monção viagem a Portugal" E considerando ter o capitão Pedro de Lencastre "invertido com a nau" sem colimar o objetivo de viajar logo permitirá á base de uma representação do primo para retirar do Galeão "todo o seu facto e fazendas" o desembarque, fazendo, o Provedor, as "diligencias necessarias como é estilo".

Entre esse quarto dia de agosto e o 22.º de dezembro de 65, sai o Galeão da correspondencia do Vice Rei. Algo, por certo, adviera. Teria sido reconhecida a impossibilidade dos reparos? Ou com estes, a incapacidade de singrar de novo o oceano?

Escrevera, o Vice Rei, ao seu soberano, comunicando da impossibilidade pela incapacidade do "Galeão" ir ao Reino ainda aquelle ano. Apontara-lhe a difficuldade imensa de um concreto ra-

pido a determinar a remessa da carga pelos navios da frota. A dedução é lógica: a 10 de Janeiro do ano seguinte, datava, Sua Magestade, uma carta ao alto preposto nas terras do Brasil aprovando a remessa da carga pelos navios da frota considerando "da dificuldade que o Vice Rei representara sobre ir ao Reino o Galeão Populo incapaz de fazer jornada".

Nem impossibilidade de reparos, nem incapacidade definitiva de singrar os mares liquidariam tão, precocemente, o Galeão primeiro construído na Ribeira da Cidade de Tomé de Souza. Dirá, o Conde de Obidos, das verdadeiras razões, ao comprade e amigo Diogo Carneiro da Fontoura, então Provedor da Fazenda da Capitania do Rio de Janeiro. A missiva oficial é de 22 de dezembro de 65: "As calamidades que esta praça fica padecendo são maiores que se encarecimento. Até as Baleias deixaram de entrar como era estylo da natureza, ou tempos que atrazaram a esta Bahia: com a sua falta não ha azeite de peixe e por elle se suspendera o concerto da nau "Populo" cuja quereana se não poderá dar sem muitas pipas. V. M. tanto que receber esta despache logo uma embarcação com vinte pipas por conta da Fazenda Real desta praça cujo risco hão de correr. A brevidade é de tanta importancia como o mesmo genero". E no "post-scriptum": "tendo V. M. cobrado o ouro da propiña e offerecendo-se occasião para esse porto que é certo a haverá com os azeites, m'o envie, V. M. porque terei melhor embarcação para o remetter na nau Populo em que ha de ir meu primo ou na capitanea da junta".

Já affirmara, um mez antes, o seu decidido proposito de reparar o navio quando, ao informe do Provedor da Fazenda do Brasil — "de que não havia nella dinheiro com que se acudisse a esta despeza" — respondera, com uma portaria, reiterando ordem para os necessarios reparos. Avivava, assim, a memoria do alto funcionario fazendeiro pois fôra de 30 de outubro o assento que se tomara, em Mesa da Fazenda, fundado no capitulo vinte e cinco do Regimento que Sua Magestade "foi servido dar aos mestres Francisco Gonçalves Ferraz e Bento da Silva, que de Angola vieram a esta praça com as naus São Tomas e Santo Antonio da Esperança para se tomar dinheiro a risco sobre os fretes do navio novo que delles se mandou fazer, como com effeito se fes o dito Galeão Populo".

VOLTA O GALEÃO AO MAR

A letra regimental, cumprida na construção, reviveria para o grande reparo no "Galeão". A Junta, novamente reunida, em Dezembro, conhecerá a observação do Provedor e compreenderá o apêlo que, sete dias depois, o Vice Rei traduziria, numa ordem, ao comprade e amigo do Rio de Janeiro. O dinheiro do cunho, certo, era insufficiente. Veio, então, o exemplo que a 22 de agosto de 1667 o Governador Alexandre Souza Freire invocaria para ulimar concertos, na arriba da nau "Nossa Senhora da Guia e S. João Batista". O remédio é regimental: "tome o dinheiro que fôr necessario a risco sobre os fretes de assucars", com o "vanço que corrêr na praça, e passe a seus donos para com o dito dinheiro se acabar de aviar a dita nau, por convir assim ao serviço de Sua Magestade". "E se darão os despachos necessarios para sua clareza, como se deram ao mestre do dito Galeão Nossa Senhora do Populo, e o dinheiro se carregará em receita ao Tesoureiro Geral deste Estado para de sua mão se fazerem as despezas como é estylo".

Sete mezes, exatos, depois da ultima reunião da Junta, ve-lejava, de novo, rumo á Metropole, o "Galeão Nossa Senhora do Populo". Dera-se-lhe "a quereana com muitas pipas" e ia bem artilhado.

Ha o que recordar nesse meio ano de sessenta e seis. Não tanto dos reparos cujas despezas vimos asseguradas. De assucars que lastrearam os porões, óbvio assinalar pois o Conde Vice Rei no-lo affirma, em carta de 16 de junho. Curiosa é a fuga do Sota-Piloto carregando, inadvertidamente, tresentos e cincoenta mil reis; interessante a revelação do nome do Cirurgião mor "que fôra deste Estado" para titular do posto, no Galeão; agradável revivêr o apressado de um navio, ha quasi tresentos anos.

Vamos aos detalhes colhidos — como de resto todo o corpo do trabalho — nos documentos históricos, divulgados pela Biblioteca Nacional.

A 5 de Maio, Obidos, recebendo denuncia do Mestre do "Galeão" contra o sota piloto João Domingues — deixara o navio rumo á Porto Seguro levando tresentos e cincoenta mil reis, indevidamente — baixou portaria ordenando "ao Capitão Mor, Ouvidor e qualquer outro official de Justiça" prenda logo" e ponha a bom re-

cado ao sobre dito sota-piloto para que preso dê inteira satisfação aos ditos tresentos e cincenta mil reis". Na mesma data o Vice Rei recommenda, ordena e manda aos Capitães-Mores, Capitão de Ordenanças, Provedôres da Fazenda e mais Officiaes da Camara e Justiça das "Capitanias dos Ilheus e Porto Seguro té o Rio de Conhas", a cujo porto chegar a sumaca, de que é Mestre, Manuel Fernandes Gaya, com o sobrinho deste Cosme Serrão da Silva, toda facilidade na compra de mantimentos para a gente do mar da nau "Nossa Senhora do Populo".

A 16 de junho mandava-se fazer "um caderno, em que se alisite a gente que voluntariamente quizer assentar praça nas Companhias do Capitão Manuel de Figueredo Mascarenhas e Manuel Barbosa de Mesquita", que — diz o Vice Rei — "tenho ordenado se formem para irem em defesa no "Galeão Nossa Senhora do Populo" que vai, nesta frota, para o Reino, carregado de assútares".

A 10 de julho o Conde de Óbidos passava portaria ao Licenciado João do Prado Ribeiro, "cirurgião mór que fôra deste Estado", por convir que no Galeão Nossa Senhora do Populo vá um cirurgião para curar dos soldados a gente do mar" ordenando ao Provedôr-Mor "mande assentar praça de cirurgião do dito Galeão ao referido licenciado, na fórmula do estylo".

A 29 do mesmo mez, D. Vasco de Mascarenhas, considerando que o Piloto do "Galeão Nossa Senhora do Populo," de nome Agostinho, se ausentára desta praça para Pernambuco, deixando o dito Galeão a tempo que estava para fazer viagem para o Reino" e convindo provêr em seu lugar outro, determinou ao Provedor Mor "mandar assentar praça de Piloto do referido Galeão, a Manuel Fernandes da Cruz".

No dia seguinte, o Vice Rei assina mais duas portarias ao Provedôr. A primeira mandando dar "da pólvora dos armazens desta Praça outra tanta quantidade da melhor que houver nelles, desta Praça receber do dito Galeão" depois de considerar que a pólvora que trouxe da India o "Nossa Senhora do Populo" não está capaz de se poder servir della: a segunda, apos ponderar que "na pólvora que trazia o Galeão Nossa Senhora do Populo se acharam oito quintais, e tres arrobas que não estavam capazes de refinar e não podem servir" ordena ao Provedor, "faça dar os ditos oito

quintais, e tres arrobas da que ha nos armazens para que não possa haver falta, quando houver occasião e aos Officiaes a que está carregada dará as despezas necessarias".

A 11 de agosto o Conde, atendendo á representação do Capitão de mar e guerra, Manuel de Figueredo Mascarenhas de "que não tinha mais pólvora que a que tocava á lotação do dito Galeão, e a infantaria que nelle levava não tinha pólvora para qualquer occasião que se offerecesse" ordenou ao Provedor Mor dar oito quintais dos armazens de Sua Magestade" com recibo da pessoa que a receber em conta do Almoxarife que depender nas que der de seu recebimento".

Foi essa a Historia do Galeão, homonimo da Fortaleza que então se elevava no Surgidouro de Todos os Santos. Ao seu final, nos seja permitido trazer ao conhecimento do grande publico — curioso, sem duvida, mas sem o trato diário com os preciosos "Documentos Historicos" tão da intimidade dos beneditinos pesquisadores da verdadeira Historia do nosso paiz — na integra, a Carta Regia de 2 de dezembro de 1650 "para que se fabrique neste Estado, cada ano, um Galeão" e dirigida ao "cerebro do infeliz Afonso VI". Não seria por certo — bastaria lembrar aquela carta de Sua Magestade, ao então Governador Antonio Teles da Silva, escrita em Lisboa aos quatro dias do mez de Maio de 1644 "sobre os materiaes, ferro e mais coizas que se hão de dar a Antonio de Couros para a fabrica de Galeão nos Ilheus ou Camamú — a primeira si o rigôr da pesquisa si não a tivesse ao documento sobre as instruções daquele tipo, na Ribeira das Naus da cabeça do Brasil.

Eis a Carta Regia de 2 de dezembro: "Conde Governador Amigo. Eu El-Rei vos envio muito saudar, como áquele que amo. Por assim convir a meu serviço tenho resoluto que nesse Estado, do Porto mais facil acomodado e seguro, se fabrique todos os annos por conta das rendas que me pertencem, um Galeão, de sete para oitocentas toneladas, pela melhor forma e medidas que possa ser e de maneira que seja capaz de carga e sirva para a guerra, e passar á India sendo necessario. E porque a execução desta Resolução é muito importante e muito mais no tempo presente em que os inimigos desta Corôa são mais e as madeiras nesse Reino menos sobra as desse Estado serem de mais dura e custarem menos, vos hei

por mui encomendado e como coisa de particular serviço meu que tanto que esta recebêdes deis todas as ordens necessarias para o que tenho resolutto ter cumprido efeito todos os anos infalivelmente (e o mesmo ha de fazer o Governador que vos succeder) fazendo vós, e, ele guardar tambem mui particularmente as ordens que pelo Conselho de Minha Fazenda se derem para o mesmo negocio ao meu Provedor dela desse Estado. E porque se considerou que podia haver pessoa ou pessôas que quizessem contratar a fabrica requerido digo a fabrica referida fareis porisso toda a diligencia e não havendo inconveniente lhe aceitareis o langço, com parecêr das pessôas que vos podem aconselhar na materia, de que me dareis conta: e não sendo possivel contratarem-se então se enviará deste Reino ferro e os mais materiais necessarios á dita fabrica. Escrita em Lisboa a dois de Dezembro de seiscentos e cinquenta. REI. Para o Conde de Castel Melhor. Governador do Brasil".

Quatro dias depois, na monção de 15 de Agosto de 1666, com as bençams de Nossa Senhora da Assunção, largava do surtidouro colonial da cabeça do Brasil, pela ultima vez, o "Galeão Nossa Senhora do Populo. . ."

Esquecida a sua existência na poeira dos arquivos — desses foi retirado para conhecimento de uma minoria de doutos e especializados, nas magnificas publicações da Biblioteca Nacional. Os bahianos, porem, amantes dos seus templos coloniais, tanto se põham humildes na vetusta Igreja de Nossa Senhora da Vitoria hão de lêr, comovidos, o seu nome. Perpetuou-o, "mais perene que no bronze", a reforma, que, no templo, completara, aos dez dias de junho do ano da graça de seiscentos e sessenta e seis, o seu piedoso Capitão de Mar e Guerra: "Esta J. de N. S. da Vitoria foi edificada no descobrimento da B. a foi erecta em parochia em 1552 pelo 1.º Bispo D. Pedro Fers. Sardinha. foi reedificada por J.º Corr. a de Britto e seu irmão Manuel de Figuerêdo, acabou a reedificação o seu sobrinho e herdeiro Cavalleiro de S. Bento de Aviz e capitão de mar e guerra do "Galeão Nossa Senhora do Pópulo", em 10 de Junho de 1666. E 1809 segunda vez redi fic.º pela Confraria do Santissimo Sacramento e Benefeitôres.

Deo S. A. R. P. Esse fim tres mil cruzas quando estewe na Bahia, em Fevereiro de 1808".

BIBLIOGRAFIA

- DOCUMENTOS HISTORICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL — Números: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 16, 21; 65; 66; 78.
- FRANCISCO RODRIGUES, S. J. — Historia da Companhia de Jesus na Assistencia de Portugal.
- THEODORO SAMPAIO — Inscricões Lapidares na Igreja da Vitoria, in Revista do I. G. H. B., numero 63.
- FREI AGOSTINHO DE SANTA MARIA — Santuario Mariano e Historia das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora — Tomo IX.
- ROCHA PITTA — "Historia da America Portuguesa".
- BORGES DE BARROS — "Documento da Historia Colonial".